



Um dos homens mais relevantes da equipa de Ferreira Leite

diz que algumas obras públicas são para manter. // PÁGS. 20-23

ANTÓNIO BORGES

“QUANDO CHEGARMOS AO GOVERNO, NÃO VAMOS RISCAR TUDO”





Zoom // Grandes investimentos



“Se compararmos as nossas previsões com o resto da Europa, vemos que são conservadoras”

Carlos Fernandes
ADMINISTRADOR RAVE

“Há défice de infra-estruturas no interior do país. A linha [ferroviária] do Norte está saturada”

António Mota
PRESIDENTE DA MOTA ENGL

“A prioridade estratégica são as empresas: é aí que se joga a nossa competitividade”

Eduardo Catroga
ECONOMISTA

“Estes investimentos trazem mais benefícios do que custos. Quando não se fazem, poupa-se, mas perde-se o benefício”

Mário Lino
MIN. OBRAS PÚBLICAS

“Nos últimos dez anos, os riscos de construção e de prazo foram transferidos para os parceiros privados”

Manuel Protásio
SÓCIO DA VIEIRA DE ALMEIDA

Obras públicas. PSD abre a porta para a realização de alguns grandes projectos

“Não vamos riscar tudo”, disse António Borges no debate que o i promoveu. Governo e PSD recusam, contudo, qualquer entendimento: a divergência entre opções é total

BRUNO FARIA LOPES
bruno.lopes@ionline.pt

Não há entendimento entre o governo e o PSD sobre os milhões a gastar em obras públicas, mas o fosso não é entre o tudo e o nada. António Borges, vice-presidente do PSD, abriu a porta à realização de alguns dos grandes projectos de obras públicas caso o seu partido vença as próximas eleições legislativas.

“Quando nós chegarmos ao governo, não vamos riscar tudo, como é óbvio”, afirmou António Borges no debate sobre obras públicas promovido pelo i, em Lisboa. “Há uma série de áreas onde não há análise suficiente e estudaremos caso a caso: há sempre projectos que se justificam e outros que não vale a pena fazer”, apontou. O vice-presidente falava dos projectos na área dos transportes que estão no centro da polémica: TGV, novo aeroporto e auto-estradas.

Borges usou a expressão “quando chegarmos ao governo” sem que nenhum dos dez oradores presentes na sala – que incluíam o ministro das Obras Públicas, Mário Lino – contestasse a possibilidade. A incerteza sobre o resultado eleito-



“Quando formos governo não vamos riscar tudo, como é óbvio. Vamos estudar caso a caso”

António Borges
VICE-PRESIDENTE PSD

“Apesar da dívida, não podemos ficar de mãos e pés atados. Precisamos de decisão”

Luís Nazaré
ECONOMISTA

“A maior parte dos estudos são palavra de Deus. Peço que dêem vários cenários e isso não acontece”

João Duque
ECONOMISTA

“Não vejo que estas obras gerem emprego qualificado ou mantenham o emprego existente”

Joaquim Cunha
PRES. ASSOCIAÇÃO PME

“Esta discussão não é portuguesa – está a ser feita em muitos países em todo o mundo.”

Manuel Avelino de Jesus
ECONOMISTA

ral das legislativas, marcadas para 27 de Setembro, dá mais força ao debate sobre o papel das obras públicas como instrumento para tirar a economia portuguesa do fundo do poço.

As duas horas e meia de debate tiraram as dúvidas: depois de anos de discussão e dos milhões já gastos não há qualquer entendimento nesta matéria entre as duas principais forças políticas.

“O que estamos a discutir aqui são decisões políticas – podemos debater de forma séria que nunca vamos chegar a acordo”, afirmou Mário Lino. “Governar é escolher e a nossa escolha é outra”, concordou Borges.

As diferenças – que não se estendem apenas aos dois principais partidos, mas também aos economistas e empresários que participaram no debate – são de política económica e têm em conta duas dimensões de análise: o contexto e os projectos em si.

“Os investimentos são úteis: quando não se fazem é claro que se poupa dinheiro, mas deita-se muito fora, em benefícios”, explica Mário Lino. Para o ministro, o contexto de crise só é mais uma razão para acelerar estes projectos. “Cum-

prem a necessidade de dinamizar a economia, dar trabalho às pequenas e médias empresas e criar emprego”, somou Lino.

No debate, o ministro não esteve sozinho. O economista Luís Nazaré – promotor de um dos manifestos a favor das obras públicas – defendeu que estes são

As obras em discussão

Transportes

- TGV: oito mil milhões de euros. O governo adiou a adjudicação do concurso Caia/Poçoirão para depois das legislativas
- Novo aeroporto, orçamentado em 4,9 mil milhões de euros. Governo adiou o lançamento do concurso de pré-qualificação.
- Estradas: orçamento de 7,48 mil milhões, 73% em parceria público-privada

projectos “que contribuem para reforçar a atracção de investimento capaz de produzir bens transaccionáveis”, afirmando que o endividamento alto de Portugal não deve deixar o país de “pés e mãos atados”.

Do outro lado da barricada também se fala em bens transaccionáveis – produtos e serviços exportáveis – como o motor da economia. Mas a abordagem difere. “Só se recupera a economia pondo as empresas a produzir, a exportar e a ganhar competitividade”, argumentou António Borges, pegando numa das bandeiras do PSD. “A ideia é pegar nestes recursos gigantescos [para as obras] e usá-los para baixar os custos de contexto das empresas”, juntou.

Para o economista Eduardo Catroga – que subscreveu o manifesto dos 28 – é também nas empresas que está a prioridade. “Será que as obras públicas são todas prioritárias agora? Não no actual contexto. É nas empresas que se joga a competitividade externa – as orientações para a Caixa e os bancos devem ir para dar mais créditos às PME – as obras desincentivam o investimento privado”.

Além da opção estratégica de fundo

foram também discutidos os projectos, principalmente no plano da rentabilidade – e o desacordo foi evidente.

“A maior parte dos estudos são palavra de Deus”, criticou João Duque. O professor de finanças no ISEG criticou os pressupostos dos estudos já realizados – que mostram apenas “cenários únicos” – e Catroga e Borges disseram que faltam ainda mais estudos. Mário Lino defendeu os números de que dispõe – “a não ser que todos os economistas sejam incompetentes” –, assim como Carlos Fernandes, administrador da Rave, para quem as previsões no caso do TGV são “conservadoras”.

Ninguém se entende nos estudos, mas para António Mota, presidente da maior construtora do país, a Mota Engil, esta não é a questão. “As estatísticas estão para os analistas como os postes de electricidade para os bêbados – servem para encostar, mas não iluminam”, ironizou. “Estamos a chegar aqui à conclusão que esta é uma guerra política – este é um país que vai ser adiado para sempre.”



veja o debate em www.ionline.pt